

## Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

### Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - Em milhares de reais				Passivo e patrimônio líquido		
Ativo	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	6	203.522	229.693	Fornecedores	11	15.754
Recursos com restrições - convênios	6	2.329	10.602	Convênios para aquisição de bens	13	8.363
Aplicações financeiras	6	47.055	35.537	Obrigações sociais e trabalhistas	12	55.908
Contas a receber de convênios e alunos	7	51.988	51.054	Comissões a pagar		7.552
Estoques	8	4.914	5.991	Matrículas antecipadas	14	16.189
Outros ativos		11.789	10.690	Outros passivos		4.867
		321.597	343.567			108.633
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo				Comissões a pagar		823
Aplicações financeiras	6	63.058	548	Convênios para aquisição de bens	13	30.337
Depósitos judiciais	15	13.570	13.295	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	20.865
Contas a receber de alunos	7	79.381	69.450			19.375
Outros ativos		183	309			52.025
		156.192	83.602	Total do passivo		160.658
Imobilizado	9	230.009	221.461	Patrimônio líquido		503.172
Intangível	10	11.828	9.235	Patrimônio social		503.172
		241.837	230.696	Superávit do exercício		55.796
		398.029	314.298			558.968
Total do ativo		719.626	657.865	Total do passivo e do patrimônio líquido		719.626

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>		352.857	85.584	438.441
Superávit do exercício			64.731	64.731
Transferência para o patrimônio social		85.584	(85.584)	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	16	438.441	64.731	503.172
Superávit do exercício			55.796	55.796
Transferência para o patrimônio social		64.731	(64.731)	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	16	503.172	55.796	558.968

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1. Informações Gerais

A Sociedade Campineira de Educação e Instrução ("SCEI" ou "Associação") é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, de natureza católica, comunitária, beneficente e filantrópica, dedicada à educação, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, que tem por finalidade manter e dirigir a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, o Hospital e Maternidade Celso Pierno e outras organizações de caráter cultural, científico, filantrópico e social. Em atendimento ao previsto no Estatuto Social, os recursos da Associação são aplicados apenas em suas finalidades institucionais.

A Associação, instituída em 20 de maio de 1941 pela Arquidiocese de Campinas, é declarada de utilidade pública federal pelo Decreto nº 40.685 de 6 de outubro de 1962, estadual pelo Decreto nº 40.585 de 6 de setembro de 1962 e municipal pela Lei Municipal nº 6.801, de 4 de dezembro de 1991. Com base na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, Artigo 150, Inciso VI, Alínea C e seu parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º, a Associação é imune à incidência de tributos a qual, na compreensão da Associação, independe de qualquer outro requisito legal.

A Associação cumpre o necessário para obtenção da certificação prevista na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013 e pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, que regula os procedimentos de isenção de contribuições à seguridade social, sendo concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação. A legislação determina que a Associação seja cadastrada no Ministério relativo à sua atividade preponderante que, no caso da SCEI, é o Ministério da Educação - MEC. A título de esclarecimento, informa-se que, em 17 de dezembro de 2021 foi promulgada a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 que revogou a Lei 12.101/2009.

A Associação foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 21 de junho de 1966, conforme processo nº 45.988/65, possuindo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social emitido pelo CNAS, desde 17 de setembro de 1975. Hoje é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) pelo processo de Renovação nº 23000.039775/2018-16, que certificou a entidade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021. A Associação protocolou tempestivamente, em 10 de novembro de 2021, requerimento de renovação da certidão para o triênio compreendidos entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2024, que encontra-se em análise no MEC, permanecendo válida a certificação atual até a data da decisão sobre o novo requerimento. Pondera-se que o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) era regulamentado pela Lei 12.101/2009 desde de 2009 até o dia 17/12/2021, quando foi promulgada a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que revogou a Lei 12.101/2009, passando, assim a regular a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) em termos semelhantes aos anteriormente exigidos.

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas tem como atividade preponderante a prestação de serviços na área da educação superior, realizando assistência através de bolsas de estudo provenientes de programas governamentais (PROUNI) e bolsas de estudo provenientes de programas internos de fomento à educação. Possui como órgão complementar da Universidade o Colégio de Aplicação PIO XII, que prepara alunos para o ingresso na vida universitária.

O Hospital e Maternidade Celso Pierno, um Hospital universitário, tem como atividade a prestação de serviços de assistência à saúde por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, convênios privados e de modo particular para a população da região de Campinas, das cidades vizinhas e outras, tendo caráter assistencial, social e humanitário, devendo, assim, ser analisado no contexto das operações da Associação, tomadas em seu conjunto. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Associação em 1 de abril de 2022.

#### 1.1. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em decorrência da Pandemia Mundial da CORONA VIRUS e da decretação de Estado de Calamidade Pública no Brasil em 20 de Março de 2020 através do Decreto Legislativo nº 6, as atividades da Entidade, na prestação de serviços educacionais e de saúde, foram diretamente afetadas, passando a seguir orientações dos Governos Estadual e Municipal, bem como dos Ministérios da Educação e Saúde.

Em decorrência de suas particularidades, serão apresentadas as atividades que foram e estão sendo desenvolvidas em cada uma das suas Mantidas (PUC-Campinas e Hospital e Maternidade Celso Pierno) ao longo de 2020 e 2021.

#### i - EDUCAÇÃO

Com a entrada em vigor no, Estado de São Paulo, do período de quarentena, em março de 2020, as atividades presenciais relativas às aulas dos alunos foram integralmente suspensas, e passaram a ser desenvolvidas remotamente, em plataformas digitais, sem prejuízo de seu conteúdo. Este formato de aula permaneceu durante todo ano de 2020 e de 2021. As atividades práticas nos Cursos, impossibilitadas de serem desenvolvidas num primeiro momento, estão sendo oportunamente repostas, seguindo todos os Protocolos de segurança. Igualmente encontram-se sendo desenvolvidas remotamente, as atividades de Pesquisa e Extensão.

No que se refere aos eventuais impactos em não pagamentos de mensalidades, criou-se internamente um Comitê de Crise, onde esta questão encontrava-se inserida. O objetivo principal, neste quesito, era de acolher o aluno ou a família que contactasse a Instituição, apresentando dificuldades de continuar com os pagamentos, em decorrência de fato relacionado com a Pandemia, a fim de evitar, com isto, a evasão do aluno, possibilitando a continuidade de seus estudos. Tal matéria contou com subsídios internos e externos, estes, através de contato com outras Instituições, Órgãos de Classe e organismos do segmento, tudo no sentido de permitir oferecer uma solução plausível para ambas as partes. Os valores contratados de mensalidades foram mantidos em 2020 e reajustados em 2021 de acordo com os índices internamente apurados - até porque os custos institucionais não tiveram queda com o ensino remoto - e foram realizados acordos para

parcelamentos de mensalidades. Este canal de acolhimento esteve aberto durante todo o ano de 2020 e 2021.

No que se refere aos processos seletivos para ingresso inicial na Universidade, ocorreram eles tanto de forma presencial (alguns Cursos) como remoto, observando-se os Protocolos de segurança.

As matrículas para os convocados nos vários Cursos também se realizaram de forma remota, assegurando-se a observância de todos os regulares e legais procedimentos.

Os alunos veteranos igualmente puderam realizar a matrícula de forma remota e para aqueles com débitos anteriores, o atendimento é feito de forma remota ou presencial, com agendamento prévio no Departamento de Contas a Receber.

Processos seletivos internos e externos vêm sendo recorrentemente realizados, tudo no sentido do preenchimento de vagas ociosas nos vários Cursos.

As matrículas para o ano letivo em curso devem observar uma data limite para sua realização, ao que a Universidade cumpre rigorosamente.

#### ii- SAÚDE

O Hospital e Maternidade Celso Pierno (HMCP) não foi designado pelo Município de Campinas como hospital de referência para atendimento da COVID-19 no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Requeriu o Município ao Hospital, quando do início da Pandemia, a redução dos atendimentos eletivos, a fim de atender, num determinado período, os casos de urgência e emergência regulados pela Rede Municipal. Os atendimentos COVID-19 no Hospital só se deram em relação aos convênios e a particulares, em ala específica.

O Convênio SUS firmado pelo HMCP teve seu cumprimento de metas (qualitativas e quantitativas) suspenso, durante todo o período de quarentena, não tendo sido afetado, no entanto, o valor conveniado, que foi repassado na sua integralidade.

Foram ainda realizados, em 2020 e 2021, contratos com o HMCP, a pedido da Municipalidade, para atender demandas emergenciais relativas à COVID-19 (leitos de UTI e leitos de enfermaria), já tendo sido alguns contratos renovados para 2022.

No que se refere ao resultado de convênios privados e atendimento a particulares ocorreu significativa redução em 2020, inclusive pelo não atendimento dos procedimentos eletivos. Com o passar dos meses e em 2021, o faturamento de convênios voltou aos mesmos níveis dos meses anteriores ao início da Pandemia, também por conta das internações para atendimento da COVID-19.

#### 2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associados aos aspectos contábeis específicos relacionadas a entidades sem fins lucrativos, incluído nas disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### 2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

• **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros".

• **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Entidade nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Entidade.

#### 2.2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Associação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Associação e, também, a moeda de apresentação da Associação.

#### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento originais de até três meses. As aplicações financeiras representam títulos e valores mobiliários registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, e estão sujeitas a algum risco de mudança de valor devendo estar sob monitoramento constante.

#### 2.5. Recursos com restrições - convênios

O montante classificado como recursos com restrições corresponde ao

### Demonstração do Resultado do Exercício

Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional bruta</b>			
Receitas com mensalidades	18	429.968	433.422
Receitas hospitalares	18	291.765	247.258
Outras receitas educacionais	18	2.827	2.184
Isenções usufruídas	17 (iv)	136.557	130.243
Outras receitas	18	19.396	20.650
		880.513	833.757
<b>Deduções sobre a receita</b>			
Cancelamentos e devoluções de matrículas	18	(22.707)	(24.633)
Bolsas integrais - PROUNI	18	(56.956)	(57.417)
Bolsas institucionais - critério da Lei 12.101/2009	18	(6.120)	(5.717)
Outras bolsas de estudo	18	(31.949)	(32.663)
Outras deduções	18	(82)	(155)
		(117.814)	(120.585)

**Receita operacional líquida**

**Custo dos serviços prestados**

Superávit bruto

Despesas

Despesas com pessoal e outras

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com medicamentos, suprimentos, hospitalares e outras

Despesas com serviços públicos

Despesas com expediente, consumo e outras

Despesas com depreciação e amortização

Provisões para riscos e para créditos realização duvidosa, líquidas

Isenções usufruídas

Outras despesas operacionais

Superávit operacional antes do resultado financeiro

Resultado financeiro

Receitas financeiras

Despesas financeiras

Superávit do exercício

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Superávit do exercício**

**Outros componentes do resultado abrangente**

**Total do resultado abrangente do exercício**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

**Fluxos de caixa das atividades operacionais**

**Superávit do exercício**

**Ajustes de**

Depreciação e amortização

Custo líquido na baixa do ativo imobilizado e intangível

Juros e variações monetárias sobre riscos trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

Ajuste a valor presente do contas a receber

**Variações nos ativos e passivos**

Contas a receber de convênios e alunos e demais a receber

Estoques

Depósitos judiciais

Outros ativos

Fornecedores

Salários e encargos sociais

Convênio para aquisição de bens

Comissões a pagar

Matrículas antecipadas

Provisão para riscos trabalhista e cíveis

Outros passivos

**Caixa líquido gerado nas atividades operacionais**

**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**

Aquisição de imobilizado

Aquisição de intangíveis

Aplicações financeiras

Recursos com restrições - convênios

**Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos**

**Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido**

**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício**

**Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício**

**Efeitos que não afetam caixa**

Encontro de depósito com contingência

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

valor liberado através de subsídio governamental que deve ser utilizado exclusivamente para aquisição de equipamentos hospitalares dentro de período pré-estabelecido. Estes recursos ficam aplicados nas instituições financeiras.

#### 2.6. Ativos financeiros

##### 2.6.1. Classificação

A Associação classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

Mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Associação classificados como custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, recursos com restrições - convênios, contas a receber de convênios e alunos e demais contas a receber, aplicações financeiras, depósitos judiciais e outros ativos. O custo amortizado é determinado usando-se o método da taxa de juros efetiva.

##### 2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo.

No reconhecimento inicial, a Associação mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

continua →

## Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

☆ continuação Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os empréstimos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Associação avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

O teste para verificação de impairment das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6.4..

### 2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, se aplicável, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.6.4. Impairment de ativos financeiros

#### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Associação estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- contas a receber de clientes por prestação de serviços e decorrentes de provisão de serviços;

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi imaterial.

#### Contas a receber de clientes

A Associação aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, a Associação revisou seu critério de reconhecimento de provisões para impairment de seus ativos financeiros, passando de um modelo de avaliação das perdas incorridas para o modelo de avaliação de perdas incorridas e perdas esperadas. Esta avaliação foi feita com base nas perdas reais observado o último ano, e como resultado desta adoção, nenhum ajuste material foi identificado pela Associação, por isso não há ajustes a referidas Demonstrações Financeiras. As práticas contábeis inerentes a este tema são como segue:

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de mensalidades durante um período de 12 meses antes de 31 de dezembro de 2021, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

As perdas esperadas foram calculadas por ramo de atividade, ou seja, Educação e Saúde.

A Associação concluiu que não houve impacto material com a adoção da norma e que as políticas utilizadas anteriormente para cálculo da provisão para perdas continuam adequadas. A política está descrita abaixo:

A Associação realiza a análise dos títulos vencidos acima de 180 dias e com base em seus históricos entende que são passíveis de perda, dessa forma realiza a provisão de 100% destes saldos. A movimentação da provisão está apresentada na Nota 7.

Riscos de perdas em outros ativos financeiros são monitorados periodicamente pela Associação e não foi identificado um risco de crédito desses ativos em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, houve a adequação da nomenclatura de classificação contábil dos instrumentos financeiros, sem que tenha havido mudanças significativas na forma como tais instrumentos são remensurados posteriormente.

### 2.7. Contas a receber de convênios e clientes

As contas a receber de convênios, de alunos e demais clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de saúde e educacionais no curso normal das atividades da Associação. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de convênios, de alunos e demais clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Quando julgado necessário é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos saldos a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

### 2.8. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo inicial, não excedendo os valores líquidos de realização ou reposição. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. Os itens em estoque são utilizados para a manutenção das operações realizadas pela Associação na prestação de seus serviços.

### 2.9. Intangíveis

#### Marcas

As marcas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas durante sua vida útil (estimada de 10 anos).

#### Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e para que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil (estimada em cinco anos).

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos sujeitos à amortização são revisados para verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

### 2.10. Imobilizado

Terenos e edificações compreendem, principalmente, Hospital e os Campi da Universidade. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (em anos)	
	Educação	Saúde
Edificações e instalações	48	54
Máquinas e Equipamentos	17	17
Móveis e Utensílios	19	19
Bibliotecas	48	19
Computadores e Periféricos	12	10
Veículos	10	11
Benfeitorias e Propriedade de Terceiros	12	

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do superávit.

### 2.11. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas

como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### 2.12. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### 2.13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais (tributárias, trabalhistas e civis) são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

### 2.14. Convênios para aquisição de bens

O convênio para aquisição de bens são contratos firmados entre a Associação e os Governos: Federal, Estadual e Municipal, para fomentar o desenvolvimento dos atendimentos concedidos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

As entradas e saídas de recursos destinados à Associação por meio de repasses dos valores a serem dispendidos para aquisição de bens para o ativo imobilizado, os quais são adquiridos via processos de licitação, são registradas em contas individuais do ativo e do passivo e em contrapartida das contas de resultado, respeitando o regime contábil de competência e os requisitos de reconhecimento em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

### 2.15. Comissões a pagar

As comissões provisionadas referem-se à taxa de administração cobrada pela FUNDACRED (Fundação de Crédito Educativo) pela administração dos financiamentos de anuidades, cobráveis após o período da formação profissional do aluno, em parcelas mensais equivalentes ao mesmo período de utilização do crédito.

### 2.16. Gratuidades e bolsas de estudo

As bolsas de estudo oferecidas pela Associação foram quantificadas nos termos da Lei nº 11.096/05 (PROUNI) e Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/13 e pelo decreto 8.242/14. A título de esclarecimento informa-se que, em 17 de dezembro de 2021 foi promulgada a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que revogou a Lei 12.101/2009. As gratuidades institucionais estão demonstradas através da apuração de custos, diretos e indiretos, aplicados à execução dos respectivos projetos.

### 2.17. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Associação, a receita é apresentada líquida dos descontos. A Associação reconhece a receita na medida em que satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente.

#### (a) Convênios

As receitas hospitalares decorrem substancialmente da prestação de serviços de assistência à saúde, realizada mediante convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), instituições privadas e atendimentos particulares. As receitas são reconhecidas conforme a prestação do serviço é realizada ao cliente.

O convênio firmado com o Município de Campinas (178/16) e aditado em 31 de janeiro de 2020 com vigência até 31/05/2021 para atendimentos SUS, prevê o montante mensal de recursos financeiros públicos no total de R\$ 12.495, sendo composto por R\$ 8.327 através de recursos federais e R\$ 4.168 de recursos municipais, devendo o Hospital seguir as premissas previstas de atendimentos do plano de trabalho. Em 01/06/2021, foi firmado novo convênio com o Município de Campinas (005/2021), com vigência até 31/08/2022 também para atendimentos SUS, e prevê o montante mensal de recursos financeiros públicos no total de R\$ 12.790, sendo composto por R\$ 9.085 através de recursos federais e R\$ 3.705 de recursos municipais, devendo o Hospital seguir as premissas previstas de atendimentos do plano de trabalho, podendo ambos os convênios serem consultados no website da Prefeitura Municipal de Campinas no endereço (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/justica/contratos.php?>).

#### (b) Mensalidades

As receitas com anuidades escolares são registradas mensalmente à medida que os serviços de ensino são prestados, tendo como base a emissão da nota fiscal de serviço, a qual é também emitida no mesmo mês da prestação dos serviços.

#### (c) Matrículas antecipadas

As receitas diferidas decorrem de recebimento antecipado dos alunos de matrículas e são apropriadas ao resultado de acordo com a sua efetiva competência da prestação do serviço.

#### (d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber quando da negociação e assinatura do termo de compromisso por ocasião da negociação de mensalidades vencidas, e também no ato do pagamento dos débitos vencidos, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. Adicionalmente, a Associação também reconhece como receita financeira os rendimentos dos certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos apurados mensalmente.

#### (e) Outras receitas

São reconhecidas na demonstração do superávit pelo regime de competência do exercício.

### 2.18. Normas novas que ainda não estão em vigor

Não há alterações de normas ou novas normas emitidas pelo CPC que ainda não estão em vigor.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível, determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, perdas relacionadas a contas a receber e determinação de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Estimativas e premissas são revistas permanentemente. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas ou em qualquer período futuro afetado.

### 4. Gestão de risco financeiro

#### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação à expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Associação se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho

financeiro da Associação. A gestão de risco é realizada pelo Departamento Financeiro da Associação, segundo orientação da Administração Superior.

#### (a) Risco de Mercado

##### (i) Risco com taxas de juros

É oriundo da possibilidade de a Associação vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Associação adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas adicionadas à variação do CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

##### (b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pelo Departamento Financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a convênios e alunos, incluindo contas a receber em aberto.

A Administração da Associação está ciente quanto ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos de recebimento dos títulos é um dos procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Associação restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, classificadas com rating mínimo "A" na escala de Standard and Poor's ou FITCH, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos, e contratando operações de investimentos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

##### (c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Associação para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da Associação, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas.

O saldo de caixa mantido pela Associação, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Financeiro. O Departamento Financeiro investe o excesso de caixa em contas correntes remuneradas e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos da Associação, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Fornecedores	15.754	
Comissões a pagar	7.552	823
Outros passivos	4.867	
	28.173	823

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Fornecedores	16.104	
Comissões a pagar	6.849	2
Outros passivos	3.515	
	26.468	2

### 5. Instrumentos financeiros por categoria

	2021	2020
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	203.522	229.693
Recursos com restrições - convênios	2.329	10.602
Contas a receber de convênios e alunos	131.369	120.504
Aplicações financeiras	110.113	36.085
Depósitos judiciais	13.570	13.295
Outros ativos	11.972	10.999
	472.875	421.178
	2021	2020

### Passivos financeiros ao custo amortizado

Fornecedores	15.754	16.104
Convênios para aquisição de bens	38.700	36.198
Matrículas antecipadas	16.189	18.409
Comissões a pagar	8.375	6.851
Outros passivos	4.867	3.515
	83.885	81.077

Os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Associação resolvesse liquidá-los antecipadamente.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa, recursos com restrições e aplicações financeiras

O saldo de Caixa e equivalentes de caixa, recursos com restrições e aplicações financeiras, em instituições de primeira linha, está composto conforme abaixo.

	2021	2020
Conta corrente bancária	1.273	1.050
Caderneta de poupança	2.314	13.444
Letras do tesouro	491	3.487
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	133.254	154.596
Fundo de investimento DI	178.632	103.803
Total caixa e equivalentes de caixa, recursos com restrições e aplicações financeiras	315.964	276.380
Caixa e equivalentes de caixa	203.522	229.693
Recursos com restrições	2.329	10.602
Aplicações Financeiras de curto prazo	47.055	35.537
Aplicações Financeiras de longo prazo	63.058	548
	315.964	276.380

Os Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 118,20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e dos fundos de investimentos; já os valores aplicados em caderneta de poupança, são verbas recebidas de Órgãos de Fomento, com rentabilidade anual em 2021 de 2,94% (2012 MP567/12), representando 66,82% do CDI (taxa referencial), que no ano 2021 o acumulado foi de 4,40%. Esses investimentos estão mantidos em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos.

O montante classificado como recursos com restrições - convênios, corresponde ao valor liberado por meio de subsídio governamental para aquisição de equipamentos hospitalares, conforme nota explicativa 2.4.

### 7. Contas a receber de convênios e alunos

	2021	2020
Contas a receber de convênios (a)	46.676	44.050
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.578)	(24.698)
	20.098	19.352
Contas a receber de alunos (b)	166.199	160.208
Ajuste a valor presente	(2.149)	(1.832)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52.779)	(57.224)
	111.271	101.152

Total contas a receber	131.369	120.504
Ativo circulante	51.988	51.054
Ativo não circulante	79.381	69.450

	2021	2020
Sistema Único de Saúde (SUS)	23.213	21.883
Convênios médicos e atendimentos particulares (i)	23.463	22.167
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.578)	(24.698)
	20.098	19.352

(i) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 11.208 (R\$ 11.154 em 2020) encontra-se vencido, dos quais R\$ 8.019 (R\$ 8.670 em 2020) foram recebidos até a data da emissão dessas demonstrações financeiras. Este saldo refere-se aos títulos de convênios em atraso, situação normal tendo em vista a natureza da operação, uma vez que após o faturamento, as contas são revisadas pelos respectivos convênios e eventuais glosas são discutidas e recusadas em um prazo médio de 180 dias. Portanto, a constituição de provisão para perda não seria aplicável neste momento.

continua →

## Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

continuação		Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Do montante especificado como "vencido acima de 365 dias", destaca-se o convênio privado realizado com a Assimédica, a qual se encontra em fase de falência perante a 3ª Vara Cível do Fórum Central da Comarca de Campinas sob o nº 1041090-61.2016.8.26.0114, tendo-se habilitado no dito procedimento com número específico junto ao TJ como incidente nº 1015351-18.2018.8.26.0114, com o valor à época de R\$ 3.064. Destaca-se também na mesma rubrica "vencido acima de 365 dias" o convênio SUS, cuja algumas penalidades estão sendo discutidas judicialmente em ações movidas pela Instituição em face da Prefeitura Municipal de Campinas, a saber: Ação nº 1041919-71.2018.8.26.0114, distribuída em 05/10/2018, para cobrança de descontos relativos ao período compreendido entre setembro a dezembro de 2017, perfazendo o valor à época de R\$ 8.017; Ação nº 1020965-04.2018.8.26.0114, distribuída em 15/05/2018, para descontos relativos ao período compreendido entre julho de 2016 a maio de 2017, perfazendo o valor total à época de R\$ 5.208.																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Vencidos até 90 dias		2021	2020	(1) O crédito educativo FUNDACRED (Fundação de Crédito Educativo) representa parcelamentos de anuidades, cobráveis após a conclusão do curso pelo aluno e em parcelas mensais equivalentes ao mesmo período de utilização do crédito.																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Vencidos de 91 a 180 dias		8.166	8.905	(2) Parcelamento das mensalidades refere-se a saldos atrasados em que a dívida foi negociada ou renegociada através de um acordo entre Associação e alunos firmado em contrato. Parte deste acordo possui vencimentos de longo prazo e, portanto, estão classificados no ativo não circulante.																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
		3.042	2.249	Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 15.148 (R\$ 18.970 em 2020) encontra-se vencido. Este saldo refere-se a alunos inadimplentes há menos de 180 dias. Devido à natureza da operação da Associação, a Administração considera o risco baixo, não sendo necessária a constituição de provisão para perda, pois há grandes chances de acordos e negociações dos débitos junto à Universidade no final do semestre.																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
		11.208	11.154	Vencido até 90 dias																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
				Vencido de 91 a 180 dias																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
(ii) Os saldos provisionados estão vencidos por um período maior que 181 dias, conforme apresentado a seguir:		2021	2020	2021 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
		1.188	384	8.045 9.042																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Vencido de 181 a 365 dias		25.390	24.314	7.103 9.928																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Vencido acima de 365 dias		26.578	24.698	15.148 18.970																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
(iii) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa das contas a receber de convênios:		2021	2020	(i) O montante total provisionado é de R\$ 52.779 (R\$ 57.224 em 2020). A Associação constitui provisão de perda para alunos com saldos vencidos há mais de 181 dias, como a seguir demonstrado:																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
		24.698	24.127	2021 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Saldo inicial		4.320	2.728	4.886 7.358																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Constituição de provisão		(2.440)	(2.157)	47.893 49.866																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Valores baixados		26.578	24.698	52.779 57.224																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Saldo final				15.148 18.970																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
(b) Composição das contas a receber de alunos:		2021	2020	Vencido de 181 a 365 dias																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
		12.246	8.638	4.886 7.358																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Ativo circulante		18.145	24.221	47.893 49.866																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Crédito educativo - FUNDACRED (1)		12.016	11.472	52.779 57.224																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Mensalidades a receber		(496)	(417)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Parcelamentos das anuidades (2)		600	695																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Ajuste a valor presente - parcelamento		(10.621)	(12.907)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Financiamento estudantil - FIES		31.890	31.702																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Ativo não circulante		74.008	65.010																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Crédito educativo - FUNDACRED (1)		49.185	50.171																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Parcelamentos das anuidades (2)		(1.654)	(1.414)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Ajuste a valor presente - parcelamento		(42.158)	(44.317)																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)		79.381	69.450																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Total das contas a receber de alunos		111.271	101.152																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
<b>9. Imobilizado</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Edificações</th> <th colspan="2">Máquinas e</th> <th colspan="2">Móveis e</th> <th colspan="2">Computadores</th> <th rowspan="2">Total em</th> <th rowspan="2">Obras em</th> <th rowspan="2">Imobilizado</th> </tr> <tr> <th>Terrenos e instalações</th> <th>equipamentos</th> <th>Veículos</th> <th>utensílios</th> <th>periféricos</th> <th>Bibliotecas</th> <th>Outros</th> <th>operação</th> <th>andamento</th> <th>total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Em 31 de dezembro de 2020:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial</td> <td>25.400</td> <td>103.591</td> <td>49.359</td> <td>961</td> <td>9.023</td> <td>11.168</td> <td>6.694</td> <td>370</td> <td>206.566</td> <td>9.203</td> <td>215.769</td> </tr> <tr> <td>Aquisição</td> <td></td> <td></td> <td>8.078</td> <td>183</td> <td>1.020</td> <td>6.608</td> <td>358</td> <td></td> <td>16.247</td> <td>26</td> <td>16.273</td> </tr> <tr> <td>Alienação</td> <td></td> <td></td> <td>(40)</td> <td></td> <td>(24)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(64)</td> <td></td> <td>(64)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td></td> <td>(2.967)</td> <td>(4.493)</td> <td>(146)</td> <td>(744)</td> <td>(1.717)</td> <td>(172)</td> <td>(278)</td> <td>(10.517)</td> <td></td> <td>(10.517)</td> </tr> <tr> <td>Transferências</td> <td></td> <td>9.126</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>9.126</td> <td>(9.126)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td>25.400</td> <td>109.750</td> <td>52.904</td> <td>998</td> <td>9.275</td> <td>16.059</td> <td>6.880</td> <td>92</td> <td>221.358</td> <td>103</td> <td>221.461</td> </tr> <tr> <td>Em 31 de dezembro de 2021:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial</td> <td>25.400</td> <td>171.535</td> <td>93.743</td> <td>2.187</td> <td>17.941</td> <td>28.830</td> <td>11.953</td> <td>4.307</td> <td>355.896</td> <td>103</td> <td>355.999</td> </tr> <tr> <td>Depreciação acumulada</td> <td></td> <td>(61.785)</td> <td>(40.839)</td> <td>(1.189)</td> <td>(8.666)</td> <td>(12.771)</td> <td>(5.073)</td> <td>(4.215)</td> <td>(134.538)</td> <td></td> <td>(134.538)</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td>25.400</td> <td>109.750</td> <td>52.904</td> <td>998</td> <td>9.275</td> <td>16.059</td> <td>6.880</td> <td>92</td> <td>221.358</td> <td>103</td> <td>221.461</td> </tr> <tr> <td>Em 31 de dezembro de 2020:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial</td> <td>25.400</td> <td>109.750</td> <td>52.904</td> <td>998</td> <td>9.275</td> <td>16.059</td> <td>6.880</td> <td>92</td> <td>221.358</td> <td>103</td> <td>221.461</td> </tr> <tr> <td>Aquisição</td> <td></td> <td>365</td> <td>15.387</td> <td>3</td> <td>3.049</td> <td>930</td> <td>270</td> <td></td> <td>20.004</td> <td></td> <td>20.004</td> </tr> <tr> <td>Alienação</td> <td></td> <td></td> <td>(29)</td> <td></td> <td>(41)</td> <td>(62)</td> <td></td> <td></td> <td>(132)</td> <td></td> <td>(132)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td></td> <td>(3.055)</td> <td>(5.155)</td> <td>(150)</td> <td>(831)</td> <td>(1.864)</td> <td>(177)</td> <td>(92)</td> <td>(11.324)</td> <td></td> <td>(11.324)</td> </tr> <tr> <td>Transferências</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td>25.400</td> <td>107.060</td> <td>63.107</td> <td>851</td> <td>11.452</td> <td>15.063</td> <td>6.973</td> <td></td> <td>229.906</td> <td>103</td> <td>230.009</td> </tr> <tr> <td>Em 31 de dezembro de 2021:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial</td> <td>25.400</td> <td>171.900</td> <td>108.925</td> <td>2.137</td> <td>20.758</td> <td>28.701</td> <td>12.221</td> <td>4.307</td> <td>374.349</td> <td>103</td> <td>374.452</td> </tr> <tr> <td>Depreciação acumulada</td> <td></td> <td>(64.840)</td> <td>(45.818)</td> <td>(1.286)</td> <td>(9.306)</td> <td>(13.638)</td> <td>(5.248)</td> <td>(4.307)</td> <td>(144.443)</td> <td></td> <td>(144.443)</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td>25.400</td> <td>107.060</td> <td>63.107</td> <td>851</td> <td>11.452</td> <td>15.063</td> <td>6.973</td> <td></td> <td>229.906</td> <td>103</td> <td>230.009</td> </tr> </tbody> </table>													Edificações		Máquinas e		Móveis e		Computadores		Total em	Obras em	Imobilizado	Terrenos e instalações	equipamentos	Veículos	utensílios	periféricos	Bibliotecas	Outros	operação	andamento	total	Em 31 de dezembro de 2020:												Saldo inicial	25.400	103.591	49.359	961	9.023	11.168	6.694	370	206.566	9.203	215.769	Aquisição			8.078	183	1.020	6.608	358		16.247	26	16.273	Alienação			(40)		(24)				(64)		(64)	Depreciação		(2.967)	(4.493)	(146)	(744)	(1.717)	(172)	(278)	(10.517)		(10.517)	Transferências		9.126							9.126	(9.126)		Saldo contábil, líquido	25.400	109.750	52.904	998	9.275	16.059	6.880	92	221.358	103	221.461	Em 31 de dezembro de 2021:												Saldo inicial	25.400	171.535	93.743	2.187	17.941	28.830	11.953	4.307	355.896	103	355.999	Depreciação acumulada		(61.785)	(40.839)	(1.189)	(8.666)	(12.771)	(5.073)	(4.215)	(134.538)		(134.538)	Saldo contábil, líquido	25.400	109.750	52.904	998	9.275	16.059	6.880	92	221.358	103	221.461	Em 31 de dezembro de 2020:												Saldo inicial	25.400	109.750	52.904	998	9.275	16.059	6.880	92	221.358	103	221.461	Aquisição		365	15.387	3	3.049	930	270		20.004		20.004	Alienação			(29)		(41)	(62)			(132)		(132)	Depreciação		(3.055)	(5.155)	(150)	(831)	(1.864)	(177)	(92)	(11.324)		(11.324)	Transferências												Saldo contábil, líquido	25.400	107.060	63.107	851	11.452	15.063	6.973		229.906	103	230.009	Em 31 de dezembro de 2021:												Saldo inicial	25.400	171.900	108.925	2.137	20.758	28.701	12.221	4.307	374.349	103	374.452	Depreciação acumulada		(64.840)	(45.818)	(1.286)	(9.306)	(13.638)	(5.248)	(4.307)	(144.443)		(144.443)	Saldo contábil, líquido	25.400	107.060	63.107	851	11.452	15.063	6.973		229.906	103	230.009
	Edificações		Máquinas e		Móveis e		Computadores		Total em	Obras em	Imobilizado																																																																																																																																																																																																																																																																																														
	Terrenos e instalações	equipamentos	Veículos	utensílios	periféricos	Bibliotecas	Outros	operação				andamento	total																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Em 31 de dezembro de 2020:																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo inicial	25.400	103.591	49.359	961	9.023	11.168	6.694	370	206.566	9.203	215.769																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Aquisição			8.078	183	1.020	6.608	358		16.247	26	16.273																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Alienação			(40)		(24)				(64)		(64)																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Depreciação		(2.967)	(4.493)	(146)	(744)	(1.717)	(172)	(278)	(10.517)		(10.517)																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Transferências		9.126							9.126	(9.126)																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Saldo contábil, líquido	25.400	109.750	52.904	998	9.275	16.059	6.880	92	221.358	103	221.461																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Em 31 de dezembro de 2021:																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo inicial	25.400	171.535	93.743	2.187	17.941	28.830	11.953	4.307	355.896	103	355.999																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Depreciação acumulada		(61.785)	(40.839)	(1.189)	(8.666)	(12.771)	(5.073)	(4.215)	(134.538)		(134.538)																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Saldo contábil, líquido	25.400	109.750	52.904	998	9.275	16.059	6.880	92	221.358	103	221.461																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Em 31 de dezembro de 2020:																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo inicial	25.400	109.750	52.904	998	9.275	16.059	6.880	92	221.358	103	221.461																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Aquisição		365	15.387	3	3.049	930	270		20.004		20.004																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Alienação			(29)		(41)	(62)			(132)		(132)																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Depreciação		(3.055)	(5.155)	(150)	(831)	(1.864)	(177)	(92)	(11.324)		(11.324)																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Transferências																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo contábil, líquido	25.400	107.060	63.107	851	11.452	15.063	6.973		229.906	103	230.009																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Em 31 de dezembro de 2021:																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo inicial	25.400	171.900	108.925	2.137	20.758	28.701	12.221	4.307	374.349	103	374.452																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Depreciação acumulada		(64.840)	(45.818)	(1.286)	(9.306)	(13.638)	(5.248)	(4.307)	(144.443)		(144.443)																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Saldo contábil, líquido	25.400	107.060	63.107	851	11.452	15.063	6.973		229.906	103	230.009																																																																																																																																																																																																																																																																																														
(a) As obras em andamento referem-se à construção de edifícios acadêmicos e administrativos.																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(b) Os saldos demonstrados nas linhas de Alienações correspondem ao saldo líquido entre os custos e a depreciação acumulada dos bens do ativo imobilizado que foram alienados.																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
<b>10. Intangível</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Softwares</th> <th rowspan="2">Total</th> <th rowspan="2">2021</th> <th rowspan="2">2020</th> </tr> <tr> <th>Marcas adquiridos</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial</td> <td></td> <td>3.941</td> <td>3.941</td> <td>3.941</td> <td>3.941</td> </tr> <tr> <td>Aquisição</td> <td></td> <td>6.407</td> <td>6.407</td> <td>6.407</td> <td>6.407</td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td></td> <td>(1.113)</td> <td>(1.113)</td> <td>(1.113)</td> <td>(1.113)</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td></td> <td>9.235</td> <td>9.235</td> <td>9.235</td> <td>9.235</td> </tr> <tr> <td>Em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo total</td> <td></td> <td>13</td> <td>18.442</td> <td>18.455</td> <td>18.455</td> </tr> <tr> <td>Amortização acumulada</td> <td></td> <td>(13)</td> <td>(9.207)</td> <td>(9.220)</td> <td>(9.220)</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td></td> <td></td> <td>9.235</td> <td>9.235</td> <td>9.235</td> </tr> <tr> <td>Exercício findo em 31 de dezembro de 2021</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial</td> <td></td> <td></td> <td>9.235</td> <td>9.235</td> <td>9.235</td> </tr> <tr> <td>Aquisição</td> <td></td> <td></td> <td>4.384</td> <td>4.384</td> <td>4.384</td> </tr> <tr> <td>Alienação</td> <td></td> <td></td> <td>(2)</td> <td>(2)</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td></td> <td></td> <td>(1.789)</td> <td>(1.789)</td> <td>(1.789)</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td></td> <td></td> <td>11.828</td> <td>11.828</td> <td>11.828</td> </tr> <tr> <td>Em 31 de dezembro de 2021</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo total</td> <td></td> <td></td> <td>13</td> <td>22.827</td> <td>22.840</td> </tr> <tr> <td>Amortização acumulada</td> <td></td> <td></td> <td>(13)</td> <td>(10.999)</td> <td>(11.012)</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>11.828</td> <td>11.828</td> </tr> <tr> <td>Taxas anuais de amortização - %</td> <td></td> <td></td> <td>10%</td> <td>20%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Softwares		Total	2021	2020	Marcas adquiridos		Exercício findo em 31 de dezembro de 2020						Saldo inicial		3.941	3.941	3.941	3.941	Aquisição		6.407	6.407	6.407	6.407	Amortização		(1.113)	(1.113)	(1.113)	(1.113)	Saldo contábil, líquido		9.235	9.235	9.235	9.235	Em 31 de dezembro de 2020						Custo total		13	18.442	18.455	18.455	Amortização acumulada		(13)	(9.207)	(9.220)	(9.220)	Saldo contábil, líquido			9.235	9.235	9.235	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021						Saldo inicial			9.235	9.235	9.235	Aquisição			4.384	4.384	4.384	Alienação			(2)	(2)	(2)	Amortização			(1.789)	(1.789)	(1.789)	Saldo contábil, líquido			11.828	11.828	11.828	Em 31 de dezembro de 2021						Custo total			13	22.827	22.840	Amortização acumulada			(13)	(10.999)	(11.012)	Saldo contábil, líquido				11.828	11.828	Taxas anuais de amortização - %			10%	20%																																																																																																																																																															
	Softwares		Total	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
	Marcas adquiridos																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo inicial		3.941	3.941	3.941	3.941																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Aquisição		6.407	6.407	6.407	6.407																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Amortização		(1.113)	(1.113)	(1.113)	(1.113)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Saldo contábil, líquido		9.235	9.235	9.235	9.235																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Em 31 de dezembro de 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Custo total		13	18.442	18.455	18.455																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Amortização acumulada		(13)	(9.207)	(9.220)	(9.220)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Saldo contábil, líquido			9.235	9.235	9.235																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo inicial			9.235	9.235	9.235																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Aquisição			4.384	4.384	4.384																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Alienação			(2)	(2)	(2)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Amortização			(1.789)	(1.789)	(1.789)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Saldo contábil, líquido			11.828	11.828	11.828																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Em 31 de dezembro de 2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Custo total			13	22.827	22.840																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Amortização acumulada			(13)	(10.999)	(11.012)																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Saldo contábil, líquido				11.828	11.828																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Taxas anuais de amortização - %			10%	20%																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>11. Fornecedores</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>12.104</td> <td>12.242</td> </tr> <tr> <td>Utilidades</td> <td>666</td> <td>640</td> </tr> <tr> <td>Prêmio de aluguel</td> <td>1.914</td> <td>1.865</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>1.070</td> <td>1.357</td> </tr> <tr> <td></td> <td>15.754</td> <td>16.104</td> </tr> </tbody> </table>													2021	2020	Fornecedores	12.104	12.242	Utilidades	666	640	Prêmio de aluguel	1.914	1.865	Outras contas a pagar	1.070	1.357		15.754	16.104																																																																																																																																																																																																																																																																												
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Fornecedores	12.104	12.242																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Utilidades	666	640																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Prêmio de aluguel	1.914	1.865																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Outras contas a pagar	1.070	1.357																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	15.754	16.104																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
<b>12. Obrigações sociais e trabalhistas</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários a pagar</td> <td>16.507</td> <td>16.443</td> </tr> <tr> <td>Provisão para férias e encargos</td> <td>27.419</td> <td>26.575</td> </tr> <tr> <td>Encargos previdenciários e outros encargos</td> <td>11.981</td> <td>11.223</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>1</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>55.908</td> <td>54.241</td> </tr> </tbody> </table>													2021	2020	Salários a pagar	16.507	16.443	Provisão para férias e encargos	27.419	26.575	Encargos previdenciários e outros encargos	11.981	11.223	Outros	1			55.908	54.241																																																																																																																																																																																																																																																																												
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Salários a pagar	16.507	16.443																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão para férias e encargos	27.419	26.575																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Encargos previdenciários e outros encargos	11.981	11.223																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Outros	1																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	55.908	54.241																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
<p>aplicados como preconizado nas decisões judiciais respectivas, em especial na aquisição de equipamentos de proteção individual dos funcionários atuantes na linha de frente no Hospital conforme nota 1.1.</p> <p>v - Receitas de convênios a realizar</p> <p>De acordo com a nota explicativa 2.14, tratam-se dos recursos de convênios celebrados e que tiveram suas utilizações realizadas na aquisição de bens para o ativo imobilizado, que serão levadas ao resultado, respeitando o regime contábil de competência e os requisitos de reconhecimento em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".</p> <p>A movimentação dos convênios pode ser assim resumida:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>Entradas</th> <th>Saídas</th> <th>Devoluções</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Órgãos públicos federais</td> <td>986</td> <td>9.176</td> <td>(1.707)</td> <td>(20)</td> <td>8.435</td> </tr> <tr> <td>Órgãos públicos estaduais</td> <td>413</td> <td>4.188</td> <td>(3.253)</td> <td>(12)</td> <td>1.336</td> </tr> <tr> <td>Órgãos públicos municipais</td> <td>3.746</td> <td>3.746</td> <td>(3.040)</td> <td></td> <td>706</td> </tr> <tr> <td>COVID</td> <td>2.506</td> <td>(2.432)</td> <td></td> <td></td> <td>74</td> </tr> <tr> <td>Receitas de convênios a realizar</td> <td>24.977</td> <td>2.227</td> <td>(1.557)</td> <td></td> <td>25.647</td> </tr> <tr> <td></td> <td>26.376</td> <td>21.843</td> <td>(11.989)</td> <td>(32)</td> <td>36.198</td> </tr> <tr> <td>Órgãos públicos federais</td> <td>8.435</td> <td>3.907</td> <td>(8.951)</td> <td>(26)</td> <td>3.365</td> </tr> <tr> <td>Órgãos públicos estaduais</td> <td>1.336</td> <td>4.549</td> <td>(3.046)</td> <td>(237)</td> <td>2.602</td> </tr> <tr> <td>Órgãos públicos municipais</td> <td>706</td> <td>1.607</td> <td>(2.309)</td> <td></td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>COVID</td> <td>74</td> <td>498</td> <td>(485)</td> <td></td> <td>87</td> </tr> <tr> <td>Receitas de convênios a realizar</td> <td>25.647</td> <td>8.806</td> <td>(1.811)</td> <td></td> <td>32.642</td> </tr> <tr> <td></td> <td>36.198</td> <td>19.367</td> <td>(16.602)</td> <td>(263)</td> <td>38.700</td> </tr> </tbody> </table> <p>As devoluções referem-se aos convênios encerrados para os quais ainda havia recursos disponíveis.</p> <p><b>14. Matrículas antecipadas</b></p> <p>Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os montantes de R\$ 16.189 e R\$ 18.409 respectivamente, representavam adiantamentos de matrículas relativas ao ano letivo subsequente. Esses montantes são levados ao resultado do período a que se referem, na medida em que exista a efetiva prestação dos serviços para os quais os pagamentos foram destinados.</p> <p><b>15. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis</b></p> <p>Na data das demonstrações financeiras, a Associação apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Reclamações cíveis e tributárias</td> <td>10.302</td> <td>11.325</td> </tr> <tr> <td>Reclamações trabalhistas</td> <td>13.058</td> <td>10.227</td> </tr> <tr> <td></td> <td>23.360</td> <td>21.552</td> </tr> <tr> <td>(-) Depósitos judiciais</td> <td>(2.495)</td> <td>(2.177)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para riscos trabalhistas e cíveis, líquidas</td> <td>20.865</td> <td>19.375</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os depósitos judiciais apresentados no balanço patrimonial, no ativo não circulante, que totalizam R\$ 13.570 (R\$ 13.295 em 2020) referem-se a contingências de natureza trabalhista para os quais não foi constituída provisão, uma vez que os consultores jurídicos da Associação entendem como possível ou remota a probabilidade de perda (item b.i).</p> <p>A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 1º de janeiro de 2020</td> <td></td> <td>27.743</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td></td> <td>3.082</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td></td> <td>(3.756)</td> </tr> <tr> <td>Pagamento</td> <td></td> <td>(7.840)</td> </tr> <tr> <td>Atualizações monetárias</td> <td></td> <td>2.323</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td>21.552</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td></td> <td>3.029</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td></td> <td>(2.205)</td> </tr> <tr> <td>Pagamento</td> <td></td> <td>(1.646)</td> </tr> <tr> <td>Atualizações monetárias</td> <td></td> <td>2.630</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td></td> <td>23.360</td> </tr> </tbody> </table> <p>A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 1º de janeiro de 2020</td> <td></td> <td>12.421</td> </tr> <tr> <td>Reversão Transferências para Contingências</td> <td></td> <td>4.471</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td></td> <td>679</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td></td> <td>(2.287)</td> </tr> <tr> <td>Atualização Monetária</td> <td></td> <td>188</td> </tr> <tr> <td>Transferências para Contingências</td> <td></td> <td>(2.177)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td>13.295</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td>13.295</td> </tr> <tr> <td>Reversão Transferências para Contingências</td> <td></td> <td>2.177</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td></td> <td>1.380</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td></td> <td>(914)</td> </tr> <tr> <td>Atualização Monetária</td> <td></td> <td>127</td> </tr> <tr> <td>Transferências para Contingências</td> <td></td> <td>(2.495)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td></td> <td>13.570</td> </tr> </tbody> </table> <p>As baixas referem-se as reversões de provisões e a constituição ou o estorno dos depósitos judiciais em que a Sociedade considera como risco possível ou remoto de perda.</p> <p>A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, previdenciários e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial e, quando determinado judicialmente, são garantidas perdas judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais externos e internos.</p> <p>A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:</p> <p>(a.i) Trabalhistas: referem-se a diversos processos de natureza trabalhista movidos contra a Associação, cujos fundamentos pleiteados pelos reclamantes envolvem diferenças de salários, horas extras, adicional noturno, descanso semanal remunerado, indenizatórias, dentre outras. A provisão foi constituída com base em opinião dos seus consultores jurídicos internos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados.</p> <p>(a.ii) Cíveis: referem-se a diversos processos de natureza cível movidos contra a Associação, cujos fundamentos pleiteados pelos reclamantes envolvem questões de responsabilidade civil e direito educacional e de cunho tributários outros que não especificados no item "b.ii". A provisão foi constituída com base em opinião dos seus consultores jurídicos internos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados.</p> <p>Perdas possíveis, não provisionadas no balanço</p> <p>(b.i) Trabalhista</p> <p>A Associação tem ações de natureza trabalhista, referentes a diferenças de salários, horas extras, adicional noturno, descanso semanal remunerado, indenizatórias, dentre outras, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos internos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 33.387 (R\$ 28.990 em 2020).</p> <p>(b.ii) Notificações fiscais - Quota patronal e outras</p> <p>A Associação foi autuada pela Receita Federal do Brasil, por meio de lavratura de diversas Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD) referentes à contribuição patronal e outras questões tributárias, no montante fixado, respectivamente à época das autuações e ajuizamento das demandas judiciais, de R\$ 275.214 referentes aos processos administrativos das Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD) nºs 35.775.390-9, 37.273.110-4, 37.273.112-0, 37.367.962-9, 37.367.963-7, 37.367.964-5, 37.367.965-3, 51.014.219-2, 51.014.220-6, 51.014.221-4, 51.014.222-2, 51.035.011-9, 51.035.012-7, 51.035.013-5, 51.035.014-3. Para todos os períodos considerados em tais autuações, a Associação cumpriu todos os requisitos necessários para gozar da isenção decorrente do seu status de Entidade Filantrópica, em especial, a mínima gratuidade na educação em 20%, e atendimento em saúde, via SUS de 60%. Ademais, a Associação, na remota hipótese de perda em tais questões, compreende e buscará a compensação de tais débitos com os valores despendidos por ela no cumprimento da gratuidade na educação. A Associação não constituiu provisão para contingências para essas autuações, uma vez que sua exigibilidade encontra-se suspensa em face de recursos administrativos e judiciais e, principalmente, baseando-se na opinião de seus consultores jurídicos externos, a qual não evidencia perda provável, no desfecho dessas autuações. As composições dos valores envolvidos estão abaixo demonstradas.</p>													2019	Entradas	Saídas	Devoluções	2020	Órgãos públicos federais	986	9.176	(1.707)	(20)	8.435	Órgãos públicos estaduais	413	4.188	(3.253)	(12)	1.336	Órgãos públicos municipais	3.746	3.746	(3.040)		706	COVID	2.506	(2.432)			74	Receitas de convênios a realizar	24.977	2.227	(1.557)		25.647		26.376	21.843	(11.989)	(32)	36.198	Órgãos públicos federais	8.435	3.907	(8.951)	(26)	3.365	Órgãos públicos estaduais	1.336	4.549	(3.046)	(237)	2.602	Órgãos públicos municipais	706	1.607	(2.309)		4	COVID	74	498	(485)		87	Receitas de convênios a realizar	25.647	8.806	(1.811)		32.642		36.198	19.367	(16.602)	(263)	38.700		2021	2020	Reclamações cíveis e tributárias	10.302	11.325	Reclamações trabalhistas	13.058	10.227		23.360	21.552	(-) Depósitos judiciais	(2.495)	(2.177)	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis, líquidas	20.865	19.375		2021	2020	Saldo em 1º de janeiro de 2020		27.743	Adições		3.082	Baixas		(3.756)	Pagamento		(7.840)	Atualizações monetárias		2.323	Saldo em 31 de dezembro de 2020		21.552	Adições		3.029	Baixas		(2.205)	Pagamento		(1.646)	Atualizações monetárias		2.630	Saldo em 31 de dezembro de 2021		23.360		2021	2020	Saldo em 1º de janeiro de 2020		12.421	Reversão Transferências para Contingências		4.471	Adições		679	Baixas		(2.287)	Atualização Monetária		188	Transferências para Contingências		(2.177)	Saldo em 31 de dezembro de 2020		13.295	Saldo em 31 de dezembro de 2020		13.295	Reversão Transferências para Contingências		2.177	Adições		1.380	Baixas		(914)	Atualização Monetária		127	Transferências para Contingências		(2.495)	Saldo em 31 de dezembro de 2021		13.570																																																																																																													
	2019	Entradas	Saídas	Devoluções	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Órgãos públicos federais	986	9.176	(1.707)	(20)	8.435																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Órgãos públicos estaduais	413	4.188	(3.253)	(12)	1.336																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Órgãos públicos municipais	3.746	3.746	(3.040)		706																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
COVID	2.506	(2.432)			74																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Receitas de convênios a realizar	24.977	2.227	(1.557)		25.647																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
	26.376	21.843	(11.989)	(32)	36.198																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Órgãos públicos federais	8.435	3.907	(8.951)	(26)	3.365																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Órgãos públicos estaduais	1.336	4.549	(3.046)	(237)	2.602																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Órgãos públicos municipais	706	1.607	(2.309)		4																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
COVID	74	498	(485)		87																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Receitas de convênios a realizar	25.647	8.806	(1.811)		32.642																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
	36.198	19.367	(16.602)	(263)	38.700																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Reclamações cíveis e tributárias	10.302	11.325																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Reclamações trabalhistas	13.058	10.227																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	23.360	21.552																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
(-) Depósitos judiciais	(2.495)	(2.177)																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis, líquidas	20.865	19.375																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 1º de janeiro de 2020		27.743																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Adições		3.082																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Baixas		(3.756)																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Pagamento		(7.840)																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Atualizações monetárias		2.323																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31 de dezembro de 2020		21.552																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Adições		3.029																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Baixas		(2.205)																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Pagamento		(1.646)																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Atualizações monetárias		2.630																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31 de dezembro de 2021		23.360																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 1º de janeiro de 2020		12.421																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Reversão Transferências para Contingências		4.471																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Adições		679																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Baixas		(2.287)																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Atualização Monetária		188																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Transferências para Contingências		(2.177)																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31 de dezembro de 2020		13.295																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31 de dezembro de 2020		13.295																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Reversão Transferências para Contingências		2.177																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Adições		1.380																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Baixas		(914)																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Atualização Monetária		127																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Transferências para Contingências		(2.495)																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Saldo em 31 de dezembro de 2021		13.570																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
continua →																																																																																																																																																																																																																																																																																																									

## Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

☆ continuação				Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
<b>NFLD</b> 35.775.390-9 37.273.110-4 37.273.112-0 37.367.965-3 51.014.222-2 51.035.011-9 51.035.012-7 51.035.013-5 51.035.014-3 37.367.962-9 51.014.219-2 37.367.963-7 51.014.220-6 37.367.964-5 51.014.221-4 <b>275.214</b>	<b>R\$</b> 484 80.825 15.941 623 8 2 16 113 2 63.807 80.377 1.238 1.458 13.421 16.899	<b>Competência da Atuação</b> De 01/1999 a 12/2004 De 06/2006 a 12/2007 + 13° De 06/2006 a 12/2007 + 13° 01/2008 a 11/2008 12/2008 a 12/2009 multa multa multa multa De 01/2008 a 12/2008 + 13° De 01/2009 a 12/2009 De 01/2008 a 12/2008 + 13° De 01/2008 a 12/2008 De 01/2009 a 12/2009 De 01/2008 a 12/2008 + 13° De 01/2009 a 12/2009	<b>Data da Atuação</b> 14/11/2006 08/06/2010 08/06/2010 14/12/2012 14/12/2012 14/12/2012 14/12/2012 14/12/2012 14/12/2012 14/12/2012 14/12/2012 14/12/2012 14/12/2012	<b>Demonstrativo de Gratuidade - Educação</b>					
				<b>Educação Básica</b> 1º Semestre 2020    2º Semestre 2020		<b>Educação Superior</b> 1º Semestre 2020    2º Semestre 2020			
				340	331	13.983	13.388		
				16	14	514	486		
				52	54	2.331	2.404		
				52	54	2.093	2.191		
				52	54	238	213		
				<b>272</b>	<b>263</b>	<b>11.138</b>	<b>10.498</b>		
				52	54	2.331	2.404		
				<b>52</b>	<b>54</b>	<b>2.331</b>	<b>2.404</b>		
				25	30	24	21		
				<b>77</b>	<b>84</b>	<b>2.355</b>	<b>2.425</b>		
				<b>65</b>	<b>69</b>	<b>2.343</b>	<b>2.415</b>		
				30	29	1.238	1.166		
				52	54	2.331	2.404		
				<b>22</b>	<b>25</b>	<b>1.093</b>	<b>1.238</b>		
				54	53	2.228	2.100		
				65	69	2.343	2.415		
				<b>11</b>	<b>16</b>	<b>115</b>	<b>315</b>		
(a) O ativo imobilizado arrolado nas notificações fiscais totaliza R\$ 11.926 (R\$ 11.926 em 2020).									
<b>16. Patrimônio social e governança</b> A Sociedade possui um Conselho Fiscal, constituído por 2 titulares e 1 suplente e Associados Permanentes e Beneméritos, num total de 18 membros. A Sociedade possui, ainda, um Corpo Diretivo composto por 3 membros, sendo 1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 1 secretária, todos eleitos através de Assembleia Geral Extraordinária e com mandato de 3 anos. O patrimônio social decorre de superávits (déficits) correntes e acumulados de anos anteriores e, de acordo com o Estatuto Social da Associação, não pode ser distribuída qualquer parcela a título de lucro, bonificação, vantagem ou participação, sob nenhuma forma ou pretexto.									
<b>17. Descrição das atividades gratuitas</b> <b>(i) Imunidade/isenções tributárias</b> A Associação está em pleno gozo da imunidade tributária garantida na Constituição Federal de 1988 e, para que possa manter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) está sujeita ao cumprimento de exigências legais. A Associação vem desenvolvendo diversos programas de natureza assistencial, direcionados, principalmente no concernente a filantropia, às áreas de educação e saúde atendendo a legislação vigente. Igualmente, mesmo não computando para a filantropia, a Associação desenvolve programas de assistência social. As bolsas de estudo para fins de filantropia oferecidas pela Associação cumprem as exigências quantitativas indicadas na Lei nº 11.096/05 (PROUNI) e na Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/13 e decreto 8.242/14, e seu custo encontra-se demonstrado pela receita abdicada. As gratuidades na saúde encontram-se demonstradas através da apuração dos custos vinculados à execução do projeto. A título de esclarecimento informa-se que em 17 de dezembro de 2021 foi promulgada a Lei Complementar nº 187/2021 que revogou a Lei 12.101/2009, mantendo-se os mesmos padrões de contrapartidas.									
<b>(ii) Gratuidade em educação - 2021</b> A Associação está em pleno gozo da imunidade tributária, garantida pela Constituição Federal de 1988, desenvolvendo diversos programas de natureza assistencial, direcionados, principalmente, às áreas da educação (preponderante) e da saúde. Na área da educação, o cálculo da gratuidade da Associação está demonstrado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27/11/2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15/10/2013, e pelo Decreto nº 8.242, de 23/05/2014. Até o exercício do ano de 2014, a base para gratuidade era a receita efetivamente recebida, onde deveríamos aplicar 20% desse valor em bolsas de estudo, tanto na educação básica como na superior. Já a partir de 2015, a gratuidade foi aplicada com base na proporção de 1/5, ou seja, na proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes. A título de esclarecimento informa-se que em 17 de dezembro de 2021 foi promulgada a Lei Complementar nº 187/2021, que revogou a Lei 12.101/2009, mantendo-se os mesmos padrões de contrapartidas. Na Educação Superior, a aplicação em gratuidade é realizada através da concessão de bolsas de estudos, conforme prevê de forma geral a Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, Decreto 5.493 de 18 de julho de 2005, e mais especificamente o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e demais regulamentações. Conforme estabelece o § 3º do Art. 13-A da Lei 12.101/09, ofertamos, bolsas de estudo dentro do Programa Universidades Para Todos (PROUNI) a proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes e, a título complementar, concedemos bolsas de estudo dentro de programas próprios da Universidade, atendendo todos os critérios da Lei 11.096/2005. A aplicação em gratuidade na educação é realizada por meio da concessão de bolsas de estudo em cursos de graduação e sequencial de formação, prioritariamente integrais, de 100% (cem por cento), e parciais, de 50% (cinquenta por cento), a alunos com renda per capita de 1,5 até 3 salários mínimos, respectivamente, conforme o art. 14 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e o art. 1º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (PROUNI). A título de esclarecimento informa-se que em 17 de dezembro de 2021 foi promulgada a Lei Complementar nº 187/2021, que revogou a Lei 12.101/2009, mantendo-se os mesmos padrões de contrapartidas. Na Educação Básica, a aplicação em gratuidade é realizada por meio da concessão de Bolsas de estudo nos três níveis da educação básica (Fundamental, Infantil e Médio) conforme o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27/11/2009. A título de esclarecimento informa-se que em 17 de dezembro de 2021 foi promulgada a Lei Complementar nº 187/2021, que revogou a Lei 12.101/2009, mantendo-se os mesmos padrões de contrapartidas. A demonstração da aplicação em gratuidade na área de educação está apresentada por nível de atuação, conforme disposto no § 1º do art. 13-A, da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, vigente até 17 de dezembro de 2021. O cálculo do número de alunos pagantes da Associação foi realizado com base no simulador disponível no sítio do Ministério da Educação (MEC) na rede mundial de computadores (cebas.mec.gov.br), a saber: <b>FÓRMULA:</b> Número de Alunos Pagantes = nº de alunos matriculados, excluindo tanto o número de alunos com bolsa integral que se enquadram nos critérios da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, quanto o número de alunos com bolsa integral que não se enquadram nesses os critérios, a saber: a) Bolsa integral, 100% (cem por cento) - peso 1,0; b) Bolsa parcial, 50% (cinquenta por cento) - peso 0,5. Os cálculos do atendimento da proporção de 1/9 e da proporção de 1/5 são apresentados com base nas proporções estipuladas na legislação Relativa ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Segue o quadro que apresenta a aplicação da gratuidade, na proporção de bolsas concedidas sobre alunos pagantes na Educação Básica e Superior da Associação, nos exercícios de 2018 e 2019, 1º e 2º semestres:									
				<b>2021</b>		<b>2020</b>			
				<b>14</b>	<b>14</b>	<b>488</b>	<b>454</b>		
				50	50	2.221	2.326		
				50	50	2.043	2.072		
				50	50	172	249		
				50	50	6	5		
				<b>227</b>	<b>226</b>	<b>10.443</b>	<b>10.114</b>		
				50	50	2.221	2.326		
				<b>50</b>	<b>50</b>	<b>2.221</b>	<b>2.326</b>		
				25	25	30	44		
				<b>75</b>	<b>75</b>	<b>2.251</b>	<b>2.370</b>		
				<b>63</b>	<b>63</b>	<b>2.236</b>	<b>2.348</b>		
				25	25	1.160	1.124		
				50	50	2.221	2.326		
				<b>25</b>	<b>25</b>	<b>1.061</b>	<b>1.202</b>		
				45	45	2.089	2.023		
				63	63	2.236	2.348		
				<b>17</b>	<b>17</b>	<b>147</b>	<b>325</b>		
<b>(iii) Cumprimento do percentual mínimo na saúde</b> As gratuidades aplicadas na área da saúde, referem-se ao somatório dos serviços prestados pela Associação a partir da valoração dos atendimentos ambulatoriais e de internações apresentados, utilizando a metodologia descrita no Capítulo V da Portaria nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, observados os critérios estabelecidos no Artigo 2º e seus parágrafos do Decreto nº 8.242/14. O Artigo 19 do Decreto 8.242/14, institui o requerimento de renovação do certificado da entidade beneficente de assistência social que atue na área de saúde deverá ser protocolado junto ao Ministério da Saúde. Contudo, nos termos da Lei 12.101/2009, alterada pela Lei 12.868/13, considerando que a Associação tem como atividade preponderante a educação, a mesma solicita sua certificação ao Ministério da Educação - MEC, a quem cabe notificar o pedido de renovação do certificado ao Ministério da Saúde. A Portaria nº 1.970 de 16 de agosto de 2011 prevê que a Associação comprove sua condição de beneficente pela prestação de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento). A título de esclarecimento informa-se que em 17 de dezembro de 2021 foi promulgada a Lei Complementar nº 187/2021, que revogou a Lei 12.101/2009, mantendo-se os mesmos padrões de contrapartidas. Os cálculos da gratuidade estão considerando os padrões estabelecidos na legislação que regulamenta o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme demonstrados a seguir:									
				<b>2021</b>	<b>2020</b>				
				61.504	63.728				
				34.300	26.852				
				<b>95.804</b>	<b>90.580</b>				
				64,20%	70,36%				
				1.106.044	931.418				
				334.100	265.382				
				<b>1.440.144</b>	<b>1.196.800</b>				
				76,80%	77,83%				
				71,88%	78,14%				
				1,5%	1,5%				
				1,5%	1,5%				
				1,5%	1,5%				
				1,5%	1,5%				
				<b>77,88%</b>	<b>84,14%</b>				
Tomando por base as premissas para cálculo da gratuidade, as quais foram seguidas pela Administração da Associação, que julga estar de acordo com as exigências legais, o percentual obtido no exercício de 2021 foi de 77,88% (84,14% em 2020), estando acima do limite de 60% estabelecido em Decreto.									
<b>(iv) Isenções das contribuições sociais usufruídas - Quota patronal da contribuição ao INSS</b> Os valores relativos às isenções das contribuições sociais usufruídas são:									
				<b>2021</b>	<b>2020</b>				
				78.874	75.697				
				22.411	20.832				
				4.856	4.514				
				<b>30.416</b>	<b>29.200</b>				
				<b>136.557</b>	<b>130.243</b>				
<b>18. Receita</b> Receita bruta: Mensalidade (Educação) (a) Receitas hospitalares (b) Outras receitas educacionais Isenções usufruídas Outras receitas				429.968	291.765	429.968	291.765	433.422	247.258
				2.827	2.827	2.827	2.827	2.184	2.184
				81.062	55.495	136.557	80.172	50.071	130.243
				3.033	16.363	19.396	5.688	14.962	20.650
				<b>516.890</b>	<b>363.623</b>	<b>880.513</b>	<b>521.466</b>	<b>312.291</b>	<b>833.757</b>
				(22.707)	(22.707)	(22.707)	(24.633)	(24.633)	(24.633)
				(56.956)	(56.956)	(56.956)	(57.417)	(57.417)	(57.417)
				(6.120)	(6.120)	(6.120)	(5.717)	(5.717)	(5.717)
				(31.949)	(31.949)	(31.949)	(32.663)	(32.663)	(32.663)
				(82)	(82)	(82)	(155)	(155)	(155)
				<b>(117.814)</b>	<b>(117.814)</b>	<b>(117.814)</b>	<b>(120.585)</b>	<b>(120.585)</b>	<b>(120.585)</b>
				<b>399.076</b>	<b>363.623</b>	<b>762.699</b>	<b>400.881</b>	<b>312.291</b>	<b>713.172</b>
Receita líquida (a) Educação: Educação Superior e Básica									
				<b>2021</b>	<b>2020</b>				
				<b>Superior</b>	<b>Básica</b>	<b>Total</b>	<b>Superior</b>	<b>Básica</b>	<b>Total</b>
				408.398	4.546	408.398	410.085	5.033	410.085
				5.612	5.612	5.612	6.916	6.916	6.916
				8.103	8.103	8.103	7.970	7.970	7.970
				3.309	3.309	3.309	3.418	3.418	3.418
				<b>425.422</b>	<b>4.546</b>	<b>429.968</b>	<b>428.389</b>	<b>5.033</b>	<b>433.422</b>
				(22.691)	(16)	(22.707)	(24.621)	(12)	(24.633)
				(56.956)	(56.956)	(56.956)	(57.417)	(57.417)	(57.417)
				(5.159)	(961)	(6.120)	(4.670)	(1.047)	(5.717)
				(30.798)	(1.151)	(31.949)	(31.525)	(1.138)	(32.663)
				(82)	(82)	(82)	(155)	(155)	(155)
				<b>(115.686)</b>	<b>(2.128)</b>	<b>(117.814)</b>	<b>(118.388)</b>	<b>(2.197)</b>	<b>(120.585)</b>
				<b>309.736</b>	<b>2.418</b>	<b>312.154</b>	<b>310.001</b>	<b>2.836</b>	<b>312.837</b>
Receita líquida (i) Bolsas de estudo Programa Universidade para Todos - PROUNI A Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições sem fins lucrativos, onde									

continua →

## Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
estabelece o seguinte critério:							
(i.i) A bolsa de estudo integral é cedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e ½ (meio).							
(ii) Bolsas institucionais - critérios da legislação que regulamenta a certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).							
(ii.i) Segue o critério descrito no item (i).							
(ii.ii) Segue o critério para as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte cinco por cento), cujos critérios de distribuição são definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, são concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.							
(iii) Outras bolsas de estudo não computadas para fins de cumprimento da gratuidade. No entanto, cumprem as finalidades estatutárias da Associação, normas internas e convenções coletivas trabalhistas.							
(iv) São referentes as deduções realizadas pelo FIES nos encargos repassados, e estão relacionados ao FGEDUC, Risco de Crédito e a Remuneração aos Bancos/Agentes operados no FIES.							
(b) Saúde: Receitas hospitalares							
		2021		2020			
SUS		160.206		154.699			
Convênios Privados		114.034		87.126			
Atendimentos Particulares		3.600		2.683			
Pesquisa Clínica		13.830		2.733			
Outros		95		17			
		<u>291.765</u>		<u>247.258</u>			
<b>19. Custo dos serviços prestados</b>							
		2021			2020		
		Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total
Custos com pessoal, encargos e benefícios (i)		167.405	136.121	303.526	166.890	128.598	295.488
Exames clínicos e laboratoriais		78	2.745	2.823	67	2.387	2.454
Material cirúrgico e curativo		401	17.625	18.026	326	15.224	15.550
Material de higiene e limpeza		410	2.403	2.813	320	2.142	2.462
Material de laboratório		234	6.284	6.518	133	5.178	5.311
Material de manutenção e conservação		5.846	2.951	8.797	2.758	2.521	5.279
Material de órtese e prótese		-	10.764	10.764	-	10.164	10.164
Medicamentos		34	27.465	27.499	22	17.556	17.578
Manutenção e conservação de equipamentos		4.209	5.083	9.292	3.684	3.721	7.405
Depreciação e amortização		5.462	4.056	9.518	5.208	3.235	8.443
Água e esgoto		3.699	4.985	8.684	3.556	4.788	8.344
Energia elétrica		3.281	3.051	6.332	2.776	2.369	5.145
Serviços Médicos		12	22.912	22.924	-	19.553	19.553
Demais custos		15.041	22.769	37.810	10.770	13.416	24.186
		<u>206.112</u>	<u>269.214</u>	<u>475.326</u>	<u>196.510</u>	<u>230.852</u>	<u>427.362</u>
(i) Custos com pessoal, encargos e benefícios							
		2021			2020		
		Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total
Salários, adicionais e encargos sociais		137.384	111.820	249.204	135.673	106.189	241.862
Aviso prévio e outras indenizações		2.031	723	2.754	1.578	271	1.849
Provisão para férias e encargos sociais		16.106	13.453	29.559	17.293	12.935	30.228
Provisão para 13º salário e encargos sociais		11.770	10.124	21.894	12.263	9.201	21.464
Outros benefícios		114	1	115	83	2	85
		<u>167.405</u>	<u>136.121</u>	<u>303.526</u>	<u>166.890</u>	<u>128.598</u>	<u>295.488</u>
<b>20. Despesas com pessoal e outras</b>							
		2021			2020		
		Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total
Salários, adicionais e encargos sociais		30.041	12.905	42.946	28.631	10.536	39.167
Aviso prévio e outras indenizações		443	80	523	235	60	295
Provisão para férias e encargos sociais		3.066	1.688	4.754	3.058	1.308	4.366
Provisão para 13º salário e encargos sociais		2.297	1.129	3.426	2.200	904	3.104
Assistência médica		4.222	7.348	11.570	3.997	6.590	10.587
Cesta básica		2.605	4.503	7.108	2.206	4.004	6.210
Vale-transporte		613	1.146	1.759	391	1.217	1.608
Outros benefícios		2.761	816	3.577	2.913	121	3.034
		<u>46.048</u>	<u>29.615</u>	<u>75.663</u>	<u>43.631</u>	<u>24.740</u>	<u>68.371</u>
<b>21. Despesas com serviços de terceiros</b>							
		2021			2020		
		Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total
Exames clínicos e laboratoriais		8	3	11	8	469	477
Consultorias		1.467	161	1.628	1.668	258	1.926
Manutenção e conservação de equipamentos		4.617	986	5.603	1.653	1.059	2.712
Mídias		5.030	424	5.454	4.237	323	4.560
Aprendizagem administrativa		33	75	108	78	79	157
Licença e Manutenção de Software		4.747	1.839	6.586	2.714	1.693	4.407
Serviços de Profissionais Especializados		1.702	478	2.180	535	298	833
Outras despesas		511	2.607	3.118	512	2.913	3.425
		<u>18.115</u>	<u>6.573</u>	<u>24.688</u>	<u>11.405</u>	<u>7.092</u>	<u>18.497</u>
<b>22. Despesas com medicamentos e suprimentos hospitalares e outros</b>							
		2021			2020		
		Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total
Material cirúrgico e curativo		10	48	58	5	82	87
Material de higiene e limpeza		2	5	7	1	2	3
Material de laboratório		13	3	16	2	65	67
Material de manutenção e conservação		3.833	1.749	5.582	961	823	1.784
Medicamentos		-	24	24	-	37	37
Vestuário, uniformes e enxovais		308	-	308	68	-	68
Outras despesas		753	230	983	350	211	561
		<u>4.919</u>	<u>2.059</u>	<u>6.978</u>	<u>1.387</u>	<u>1.220</u>	<u>2.607</u>

Diretoria			Contador		
José Eduardo Meschiatti Vice-Presidente			Robson Luiz Rodrigues Custódio CRC 1SP 264.105/O-1		
Paulo Hirata Gerente de Controladoria					

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Diretores  
Sociedade Campineira de Educação e Instrução

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Campineira de Educação e Instrução ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Campineira de Educação e Instrução em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**  
Conforme mencionado na Nota 15 (b(ii)) às demonstrações financeiras, durante o período de 2006 à 2012, a Associação foi autuada diversas vezes pela Receita Federal do Brasil, referente à contribuição patronal e outras questões tributárias, no montante histórico original de R\$ 275.214 mil, todas as autuações com defesas judiciais ou administrativas em andamento. A avaliação da Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, é de que atualmente não há expectativa de perda provável para esse risco e, como consequência, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de abril de 2022



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Eduardo Dias Vendramini**  
Contador - CRC 1SP220017/O-4